

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Consórcio Intermunicipal de Saúde do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - Cisa
Central de Compras de Medicamentos
Registro de Preços Eletrônico - 5/2024

Fornecedor	CPF/CNPJ	Data	Assunto	Situação	Arquivo
NISSAN DO BRASIL AUTOMÓVEIS LTDA.	04.104.117/0007-61	26/06/2024 - 17:51:02	PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	01/07/2024 - 10:29:51	IMPUGNAÇÃO - VPB - NBA - 02287 - 2024 - RP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL-RS.pdf

Questionamento: a) O recebimento do presente recurso, tendo em vista sua tempestividade;
b) O esclarecimento acerca de quem escolherá a cor do veículo no momento da solicitação;
c) O esclarecimento se haverá aceitação pela r. Administração da Cor Branco Diamond perolizada com teto preto premium;
d) O esclarecimento se haverá aceitação pela r. Administração da Cor Branco Diamond perolizada;
e) O esclarecimento se haverá aceitação pela r. Administração da Cor Preto Metálica;
f) O esclarecimento se será aceito veículo com piloto automático;
g) O esclarecimento se será aceito veículo com acendimento inteligente dos faróis (sensor crepuscular);
h) O esclarecimento se será aceito veículo acessórios instalados em concessionária autorizada ou transformadora homologada da fabricante;
i) O esclarecimento 1) se os vidros elétricos de série atendem; 2) se há exigência do acionamento elétricos pela chave;
j) O esclarecimento se veículos com transmissão automática do tipo XTRONIC CVT® serão aceitos;
k) O esclarecimento se ficará a cargo da Contratada o aceite da prorrogação da ata de registro de preços;
l) O esclarecimento desta r. Administração referente local de entrega dos veículos (cidade, bairro, cep e número), uma vez que não consta no edital;
m) O esclarecimento 1) se as revisões serão custeadas pela empresa vencedora ou pela r. Administração, sendo com ônus para empresa, solicita-se 2) a quantidade de revisões a serem custeadas pela empresa, ou uma referência da média de quilometragem para ser realizado o cálculo de quantidade destas revisões, 3) ainda, sendo a garantia da empresa maior que a garantia solicitada em edital, qual prevalecerá para as referidas revisões., Arquivo Anexo: IMPUGNAÇÃO - VPB - NBA - 02287 - 2024 - RP - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL-RS.pdf

Resposta: Os esclarecimentos foram respondidos no pedido de impugnação.

SPONCHIADO JARDINE VEICULOS LTDA	00.485.542/0001-00	25/06/2024 - 11:58:55	Solicitação esclarecimento Item 08 - VEÍCULO AUTOMOTOR MINIVAN 07 LUGARES TIPO H	01/07/2024 - 10:32:03	2024_03_18 MEV - Spin.MY25.pdf
-------------------------------------	--------------------	--------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------	----------------------------------------------------

Questionamento: Prezados Srs

Com relação ao Item 08 - VEÍCULO AUTOMOTOR MINIVAN 07 LUGARES TIPO H

De acordo solicita o termo de referência do Edital:

1.10.4. Faróis de neblina (de série);

Conforme catálogo em anexo, o Farol de neblina é um acessório.
Como esse item (farol de neblina) é um acessório opcional, será instalado o modelo original do fabricante pela concessionária autorizada.
Entendemos que ofertando farol de neblina original do fabricante estaremos atendendo ao solicitado no Edital. Está correto nosso entendimento ?,
Arquivo Anexo: 2024_03_18 MEV - Spin.MY25.pdf

Resposta: Como trata-se de acessórios, será aceito a instalação de modelo original de fábrica.

SPONCHIADO JARDINE VEICULOS LTDA	00.485.542/0001-00	25/06/2024 - 10:21:05	Solicitação esclarecimento Item 05 - VEÍCULO AUTOMOTOR SEDAN TIPO E	01/07/2024 - 10:33:57	MEV - Onix Plus MY25 (1).pdf
-------------------------------------	--------------------	--------------------------	------------------------------------------------------------------------------	--------------------------	--------------------------------------------------



Questionamento: Prezados Srs

Com relação ao Item 05 - VEÍCULO AUTOMOTOR SEDAN TIPO E

De acordo solicita o termo de referência do Edital:

"1.10.7. Faróis de neblina (de série);"

A partir de 2024, novos requisitos e normatização para indústria automobilística foram implementadas. Dessa forma, o novo CTB – Código de Trânsito Brasileiro de 2024, através da atualização da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, juntamente com a resolução nº 912 do Conselho Nacional de Trânsito (Contran) de 28 de março de 2022, estabelece os equipamentos obrigatórios para a frota de veículos em circulação no Brasil.

Como é o caso da Luzes de condução diurnas (DRL).

O veículo que pretendemos ofertar, GM/CHEVROLET ONIX PLUS LTZ possui a seguinte configuração:
Luzes de condução diurnas (DRL). Esse item foi instalado no local do farol de neblina.

Dessa forma, solicitamos os seguintes esclarecimentos:

1. Consultamos se ofertando o veículo com DRL (Luz de Condução Diurna) em vez de farol de neblina de série, estaremos atendendo ao Edital?

Nesse sentido, solicitamos permitir o seguinte texto do termo de referência:

1.10.7. Faróis de neblina (de série); ou Luzes de condução diurnas (DRL).

2. Caso não seja permitida a substituição do Faróis de neblina por DRL (Luz de Condução Diurna) solicitamos, que seja permitido a instalação do Farol de Neblina pela concessionária, ou seja não de série. Consultamos se ofertando o farol de neblina instalado pela concessionária autorizada, estaremos atendendo ao Edital?, Arquivo Anexo: MEV - Onix Plus MY25 (1).pdf

Resposta: Será aceito a instalação de farois DRL ou NEBLINA , desde que atenda ao edital

SPONCHIADO JARDINE VEICULOS LTDA	00.485.542/0001-00	23/06/2024 - 23:25:37	Solicitação esclarecimento	24/06/2024 - 08:39:24
-------------------------------------	--------------------	--------------------------	----------------------------	--------------------------

Questionamento: Prezados Srs

Com relação ao Item 13 - VEICULO AUTOMOTOR CAMINHONETE PICK-UP CABINE DUPLA TIPO M

Consta no Termo de Referência:

"Transmissão: MANUAL "

e mais abaixo:

"1.7. Transmissão: Automática de, no mínimo, 5 velocidades à frente."

Dessa forma, consultamos qual tipo de Transmissão devemos considerar ?

Resposta: CONSIDERE TRANSMISSÃO MANUAL

VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA.	59.104.422/0024-46	17/06/2024 - 11:20:08	Esclarecimento Item 10.5.4 CND Estadual	19/06/2024 - 12:21:09	CND Estadual (PGE) TBT - vc 16 11 2024.pdf
--------------------------------------------------------------------	--------------------	--------------------------	--------------------------------------------	--------------------------	--------------------------------------------------------------------



Questionamento: A empresa VOLKSWAGEN DO BRASIL INDUSTRIA DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 59.104.4222/0024-46, sediada à Avenida Carlos Pedrosa da Silveira, 10000, Piracangagua, Taubaté/SP, interessada em participar do Pregão Eletrônico, vem através deste e-mail solicitar o seguinte esclarecimento(S):

Em análise ao edital e Termo de Referência – Habilitação fiscal, social e trabalhista, 10.5.4. Certidão que prove a regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal da Jurisdição Fiscal do estabelecimento licitante;

Com o intuito de ofertar preço para participação na licitação, questionamos se será aceito a Certidão Estadual emitida pela Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, para comprovação ao item acima?

Lembramos que para contribuintes que não possuem débitos inscritos na dívida ativa, a CND deverá ser emitida no endereço eletrônico da Procuradoria Geral do Estado (PGE) www.dividaativa.pge.sp.gov.br. A SEFAZ somente emitirá a certidão negativa de débitos inscritos na dívida ativa na impossibilidade de emissão através do endereço eletrônico acima mencionado, ou seja, caso haja débitos inscritos na dívida ativa.

A Portaria CAT-20, de 1/4/98, em seu artigo 1º, inciso I, parágrafo 1º, assim descreve:

Portaria CAT-20, de 1/4/98 - (DOE de 2-4-98) Estabelece procedimentos para pedido, emissão e obtenção de certidão negativa e fixa prazo de validade para os documentos expedidos.

O Coordenador da Administração Tributária, considerando o que dispõem os artigos 205 e 206 do Código Tributário Nacional; considerando que somente o débito inscrito na dívida ativa, nos termos dos artigos 204 do Código Tributário Nacional e 3º d a Lei Federal 6.830/80, tem presunção de certeza e liquidez que possa ser oposta aos pretendentes de certidões negativas; considerando a necessidade de uniformizar procedimentos a serem observados pelas repartições fiscais e para facilitar o atendimento ao público em geral, expede a seguinte portaria:

Artigo 1º - O interessado poderá solicitar a expedição de certidão negativa nos seguintes casos:

I - para participação em licitação pública

...

“PAR” 1º - Na hipótese do inciso I, serão pesquisados e informados somente os débitos inscritos na dívida ativa.

Já a Resolução Conjunta SF/PGE - 02, de 9/5/2013, que disciplina a emissão de certidão de débitos tributários da dívida ativa do Estado de São Paulo, determina que a Secretaria da Fazenda apenas emitirá a certidão negativa de débitos caso não seja possível emitir no site www.dividaativa.pge.sp.gov.br da Procuradoria Geral do Estado:

Resolução Conjunta SF/PGE - 02, de 09-05-2013 - (DOE 10-05-2013)

Disciplina a emissão de certidão de débitos tributários da dívida ativa do Estado de São Paulo.

O Secretário da Fazenda e o Procurador Geral do Estado resolvem:

Artigo 1º - A certidão negativa de débitos tributários inscritos na dívida ativa será emitida através do endereço eletrônico

www.dividaativa.pge.sp.gov.br da Procuradoria Geral do Estado.

Parágrafo único- A Secretaria da Fazenda emitirá a certidão negativa de débitos tributários inscritos na dívida ativa somente na impossibilidade de emissão através do endereço eletrônico mencionado no artigo 1º.

A empresa Volkswagen do Brasil, não emiti CND Estadual através da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), a CND Estadual é emitida somente pela Procuradoria Geral do Estado (PGE), desse modo enviamos anexo a mesma para análise e aprovação, a qual estará habilitada à participação. Visto que a empresa participa de licitações em território nacional com a certidão em questão, atendendo todas as exigências dos órgãos públicos.

Ressalta-se que a alteração solicitada garantirá maior segurança ao fornecimento do ponto de vista dos fornecedores interessados, viabilizando-se, a ampliação do número de participantes na disputa, concedendo-lhe maior competitividade para a obtenção da proposta mais vantajosa.

Agradecemos a compreensão.

Permanecemos a disposição., Arquivo Anexo: CND Estadual (PGE) TBT - vc 16 11 2024.pdf

Resposta: SENDO CRITÉRIO DA FAZENDA ESTADUAL, NÃO SE VÊ ÔBICE JURÍDICO A QUE A COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL SE FORMALIZE POR MEIO DE APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO EXPEDIDA PELA PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO.

PORTANTO SERÁ ACEITA, SÓ OBSERVAR SE É NEGATIVA OU POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA

